



Discurso Jornalístico e Crise Ambiental na Sociedade de Riscos¹

Leonel Azevedo de AGUIAR²
PUC-Rio

Resumo

A proposta desse artigo é dar continuidade as análises realizadas a partir do mapeamento das formações discursivas sobre a crise ambiental enunciada nas primeiras páginas de dois jornais diários de circulação no Rio de Janeiro. Esse trabalho aponta que as notícias sobre as catástrofes ecológicas globais passaram a ter amplo destaque na grande imprensa e discute como esses discursos jornalísticos vinculam a crise do meio ambiente a uma heurística do medo, na qual o signo da negatividade esvazia a possibilidade da ação política. Conclui que as formações discursivas presentes nos jornais pesquisados são reforçadas pelo contexto social de fruição das mensagens, já que o público-receptor encontra-se imerso em uma sociedade marcada pelos riscos globais.

Palavras-chave: formações discursivas; discursos jornalísticos; crise ambiental; sociedade de riscos.

Introdução

As notícias relacionadas à desordem ecológica global vêm recebendo um amplo destaque nos meios de comunicação de massa, especialmente nos jornais diários. Essas mensagens jornalísticas, entretanto, constroem uma produção de sentido dos problemas ambientais que vincula esta temática ao princípio da responsabilidade (JONAS, 1992), no qual a ação da sociedade acaba sendo impulsionada por uma pedagogia política centrada no sentimento do medo coletivo (AGUIAR, 2004). Se concordarmos que uma das características da Atualidade é a produção de riscos globais (BECK, 1992) de conseqüências cataclísmicas – entre os quais, o aquecimento do planeta Terra e o enfraquecimento da camada de ozônio pela emissão de gases poluentes, além das "tecnopidêmias" (BECK, 1994), isto é, as doenças resultantes de tecnologias que poluem a água, o ar, o solo e os alimentos –, podemos apontar que tais riscos, além de serem inerentes ao processo de mundialização do capitalismo, determinam os valores contemporâneos sob a negatividade de uma heurística do medo.

O princípio da responsabilidade, ao reconhecer que a irreduzibilidade dos riscos globais implica no fim das certezas dadas pela ciência (PRIGOGINE, 1996) e seus

¹ Trabalho apresentado na NP Jornalismo, do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor do PPG em Comunicação e coordenador do Curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio. Doutor e Mestre em Comunicação pela UFRJ. Diretor científico do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo. Jornalista graduado pela UFF. Email: leonelaguair@puc-rio.br



instrumentos de controle típicos da Modernidade, também atua como imperativo do dever moral indutor de um sentimento do medo coletivo. Ou seja, esse procedimento político-pedagógico não só se materializa através da produção dos textos jornalísticos sobre os problemas do meio ambiente, mas, simultaneamente, a formação discursiva sobre a crise ambiental construída pela mídia traz a marca da heurística do medo.

Ao realizarmos um levantamento das manchetes e chamadas das primeiras páginas sobre os problemas ambientais em dois jornais do Rio de Janeiro, no período situado entre 1992 e 2001, podemos afirmar que o processo de globalização produziu um discurso jornalístico marcado pela enunciação de que os riscos ecológicos também se tornaram globais. O período estudado está delimitado por dois eventos de caráter mundial: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada por iniciativa da Organização das Nações Unidas, em 1992, no Rio de Janeiro, e o ano que antecede a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em 2002, em Johannesburgo, na África do Sul. Em trabalho anterior (AGUIAR, 2007), já apresentamos uma discussão inicial sobre os resultados parciais da pesquisa. Nesse artigo, reelaboramos determinadas questões para serem aqui melhor trabalhadas.

A escolha pelas manchetes justifica-se pela análise empreendida por Adriano Rodrigues em relação às figuras dos títulos jornalísticos, na qual aponta que, por causa do processo de figuração, as manchetes "se constituem em texto dentro do texto que fazem, ao mesmo tempo, ver e esconder o texto para que dirijem o olhar do leitor" (RODRIGUES, 1990, p.108). A partir do *corpus* de análise, escolhemos duas questões para pensar como os riscos globais, resultantes da mundialização do capitalismo, marcam os valores contemporâneos sob a negatividade de uma pedagogia política centrada no sentimento do medo coletivo e estão expressos nos discursos jornalísticos. As duas questões sintetizam-se nas seguintes perguntas, típicas do método genealógico de Foucault (1990): para que os desastres ambientais e as catástrofes ecológicas merecem uma visibilidade midiática cada vez maior? Para que a mídia produz um discurso aproximando o princípio da responsabilidade de uma ação política impulsionada pelo medo?

Como na perspectiva foucaultiana todo discurso é o eco lingüístico da articulação entre saber e poder, se torna inseparável uma análise genealógica do poder contemporâneo, que descreva um regime de discursividade e investigue a relação existente entre os grandes tipos de discursos e as condições históricas e políticas de seu aparecimento (FOUCAULT, 1996).



Questões teóricas

É a “ordem do discurso” que estabelece, para Foucault (1996), as possibilidades de organização do real. Esta ordenação, além de possuir uma função normativa e reguladora, age por meio da produção de saber, de estratégias de poder e de práticas discursivas. Tomando as noções teóricas foucaultianas, podemos afirmar: discurso não é, apenas, o lugar onde o desejo se manifesta ou se oculta, mas é, antes de tudo, o objeto do desejo. Mais ainda: o discurso traduz mais do que as lutas políticas, pois se torna, principalmente, o poder pelo qual se deseja lutar para exercê-lo; portanto, é preciso pensar o discurso como o lugar do exercício do poder.

Para Foucault, é justamente no discurso que se articulam poder e saber. Sendo assim, é preciso conceber o discurso como “uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável” (FOUCAULT, 1980, p. 95). Admitir a complexidade e a instabilidade de um jogo em que o discurso pode ser, simultaneamente, instrumento e efeito de poder e, também, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta é aceitar a regra da polivalência tática dos discursos. “O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (idem, 96). Ou seja, os discursos produzem os efeitos recíprocos de poder e saber. Também devemos perguntar qual é a conjuntura e as correlações de forças que tornam imprescritível a utilização do discurso como articulação entre poder e saber.

Os discursos são, nesse sentido, blocos táticos no campo das correlações de força: os efeitos recíprocos de poder e saber proporcionam sua produtividade tática. Já a sua integração estratégica dos discursos implica na produção dos efeitos de verdade. “Vivemos em uma sociedade que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm poderes específicos” (FOUCAULT, 1979, p. 231). Assim, além da vontade de saber e da vontade de poder que atravessam os discursos, a vontade de verdade constitui e, simultaneamente, é constituída pelos discursos. Desse modo, o conceito de ideologia – e, por conseguinte, o de manipulação ideológica – pode ser descartado por estar vinculado a idéia nostálgica de um saber transparente e livre do erro e da ilusão. Em seu conceito moderno, a ideologia apresenta-se em oposição a verdade; ou melhor, opõe-se a um discurso capaz de revelar a verdade, enquanto a ideologia representa o falso. Além disso, a ideologia é uma produção discursiva realizada por um sujeito com o objetivo impedir o conhecimento da verdade. O que se deve observar, segundo Foucault, é como os efeitos de verdade são



produzidos dentro dos discursos que, em si mesmos, não são falsos nem verdadeiros. O que ele se propõe a estudar é o “regime da verdade” enquanto um componente efetivo na constituição das práticas discursivas.

Seguindo essas proposições foucaultianas, podemos entender a “verdade” como um conjunto de procedimentos regulados para a produção, distribuição e funcionamento dos discursos. “A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder que a produzem e a confirmam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 1979, p. 14). Os métodos foucaultianos concentram suas análises exatamente nas práticas culturais em que o poder e o saber se cruzam. Dentre essas práticas, ele destaca o jornalismo – “invenção fundamental do século XIX” (FOUCAULT, 1979, p. 224) – e ressalta a importância da materialidade dos meios de comunicação, comandados por interesses econômicos-políticos que obedecem a mecanismos do poder. Em síntese: se todo discurso é “constituído por um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 1997, p. 135), o discurso jornalístico, por sua vez, – além de produzir e ser produzido por relações de poder-saber e pela vontade de verdade como qualquer outra ordem discursiva – é instituído por um conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação discursiva.

Aos métodos de análise do discurso de Foucault, devemos buscar determinados conceitos de Guattari, para pensar que a crise ambiental coloca em jogo o modo humano de viver na Terra, face à aceleração promovida pela tecno-ciência nas paisagens sociais e naturais. Neste quadro de complexidade, a problemática ecológica deve pertencer simultaneamente ao registro do meio ambiente, das relações sociais e da produção de subjetividades. A recusa em enfrentar as degradações nesses três domínios, separando a crise ecológica das questões relativas ao *socius* e a *psiqué* – tal como realiza a mídia jornalística –, confina a questão ecológica aos limites da ciência como mero empreendimento em busca da eficácia técnica para o gerenciamento do meio ambiente.

Guattari (1990) denominou de “ecosofia” ao campo de articulação das três ecologias, englobando a ecologia ambiental, a ecologia social e a ecologia mental. É exatamente esta concepção ecosófica que põe em questão o conjunto das relações de poder e da produção de subjetividades. A referência ético-estética dos valores ecosóficos indica possibilidades de recomposição da *práxis* humana nos mais diversos domínios da vida cotidiana.



A articulação ético-estético promovida pelo registro das três ecologias nos permite pensar as implicações de uma perspectiva ecosófica sobre a concepção da subjetividade. Também possibilita colocar a comunicação midiática como campo político hegemônico da atualidade, por funcionar como máquina de produção de subjetividades moduladas pelo capitalismo global. A tarefa da ecologia social consiste em fazer atravessar a sociedade capitalista da era da mídia para uma era pós-mídia, onde os grupos-sujeito serão capazes de uma reapropriação da mídia para geri-la em um processo de singularização. Já à ecologia mental cabe produzir linhas de rupturas no projeto de uniformização midiática, reinventando a relação com o corpo, o tempo e os espaços da vida cotidiana. É nesta perspectiva que se torna possível colocar a mídia no centro da crise ecológica contemporânea, com a potencialização do conceito de ecosofia.

A adoção de uma ética ecosófica implica em distinguir os agregados imaginários de massa dos agenciamentos coletivos de enunciação, opondo os mecanismos de repetição vazia aos maquinismos vivos “autopoiéticos” (VARELA, 1989). Discutir as relações entre comunicação midiática e crise ecológica contemporânea é fazer do diagrama das três ecologias uma “caixa de ferramentas” teóricas para pensar questões contemporâneas. A perspectiva ecosófica engendra novos universos de referência e novos territórios existenciais, diferentes da visão reducionista correlativa ao primado da informação como trânsito incessante nos sistemas midiáticos.

Situado o quadro de discussão teórica, vamos, a seguir, mapear os cenários históricos em que se desenvolvem as formações discursivas sobre a crise do meio ambiente.

Discursos da crise ambiental

Na década de 60, as formações discursivas enunciavam os problemas ambientais como resultantes de uma crise de participação. A luta do movimento ecológico centrava-se no acesso aos recursos naturais, com a distribuição equitativa para os setores socialmente excluídos, e a vertente da Ecologia Política – surgida nos anos 60 – tinha, como plataforma, propostas exclusivamente políticas para superar os problemas ambientais. Entretanto, justamente por estar ainda no quadro de um sistema de pensamento tipicamente moderno, é que esta vertente elegeria a ecologia – enquanto ciência – para se tornar o paradigma da superação dos impasses modernos.

Nessa década, os riscos ambientais pelo uso de agrotóxicos na agricultura e os



efeitos perigosos para o meio ambiente e os consumidores começam a ser divulgados para o grande público. *Primavera Silenciosa*, da bióloga Rachel Carson, só no ano de seu lançamento, em 1962, atinge a marca de 500 mil exemplares vendidos. Pela primeira vez, uma obra com discussões científicas ultrapassou o círculo restrito da comunidade de cientistas e técnicos especialistas, alcançando importante repercussão junto à opinião pública³.

Nos anos 70, a crise ambiental deixa de ser enunciada como uma crise de participação, na qual a temática ecológica estava marcada pela mobilização política de poucos e pequenos grupos sociais e por um silêncio dos meios de comunicação de massa em torno do tema da degradação do meio ambiente. Um novo movimento de massas tinha surgido e a questão ambiental começa a encontrar seu caminho na agenda das políticas públicas. Nessa perspectiva, podemos citar, como exemplo de massificação das lutas ecológicas, a instituição do Dia da Terra, que veio a se tornar a maior manifestação em defesa do meio ambiente até então realizada nos Estados Unidos. Na data programada, 22 de abril⁴ de 1970, foram realizados comícios e palestras, simultaneamente, em dez mil colégios e em 1.500 faculdades, além de atos públicos em Nova York e em Washington. As estimativas apontam a mobilização de dois milhões de participantes. Os eventos resultaram em reportagens de capa e manchetes de jornais e de revistas como a *Time* e a *Life*.

Depois da publicação do relatório do Clube de Roma/Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) – intitulado *Os Limites do Crescimento*, propondo o “crescimento zero” da economia – e da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, as formações discursivas sobre a crise do meio ambiente assumem, portanto, o enunciado de uma crise de sobrevivência. A crise ambiental passou a ser enunciada, na década de 70, como um problema de escassez, já que os cientistas e as autoridades governamentais afirmavam existir limites insuperáveis para a exploração e o uso dos recursos naturais, sendo imprescindível frear a expansão material ilimitada da sociedade. Houve, na época, um forte consenso a favor de limitar o crescimento da economia e da população, unindo ecologistas radicais da revista *The*

³ Podemos ver, nesse caso, uma luta pela produção de sentido: enquanto a indústria química denomina esses produtos de fertilizantes ou defensivos agrícolas, o movimento ecológico prefere agrotóxicos ou veneno. Ver Carson (1964) e também Bull e Hathaway (1986).

⁴ A data escolhida para o Dia da Terra causou muito protesto de políticos republicanos nos Estados Unidos, pois o dia 22 de abril é o aniversário de Lênin (Vladimir Ilich Ulianov, nascido em 1870), líder da revolução comunista na Rússia e um dos idealizadores do estado soviético. A data foi proposta pelo senador Gaylord Nelson, a partir da pressão social pela criação da Agência de Proteção Ambiental.



Ecologist, cientistas – a maioria da área das ciências naturais – e empresários, além de políticos.

Essa formação discursiva enuncia que uma radical transformação vem acontecendo no Ocidente: a emergência, desde a década anterior, de valores pós-materialistas (MILBRATH, 1984). A crítica dos ecologistas vai apontar que o projeto desenvolvimentista da sociedade moderna está baseado em um sistema de valores materialistas, de tal modo que se reduz a finalidade da vida dos homens à acumulação infundável de bens materiais. Nesse modelo de enunciação da crise ambiental, o problema ecológico decorre da ideologia do progresso, que considera a base material – isto é, a natureza – desse estilo de desenvolvimento como inesgotável. Este desenvolvimentismo, cuja finalidade é o crescimento ilimitado, entende que esta base material é infinita do ponto de vista dos recursos naturais e, também, na sua capacidade de suportar as atividades poluidoras e seu resultado, a poluição ambiental.

Na década de 80, a formação discursiva sobre a crise ambiental assume a figura da crise cultural. A crise do meio ambiente passa a ser enunciada como o momento oportuno para superar a racionalidade instrumental e a ética de valores materialistas que construíram a Modernidade (AGUIAR, 2003b). Dentro dessa ordem discursiva, o principal avanço da problemática ambiental na direção de uma articulação entre ética e política pode ser apontado para publicação do relatório *Nosso Futuro Comum*, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, em 1987.

Além de um esforço para a obtenção do consenso mundial sobre questões de meio ambiente e desenvolvimento, o relatório pretendeu ser uma agenda global para mudança, propondo o conceito de desenvolvimento sustentável enquanto um estilo de desenvolvimento econômico que leva em conta a sustentabilidade global do meio ambiente, de modo a atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Constituído por três figuras do consenso – crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico –, esse conceito assegura amplos espaços de divulgação nos meios de comunicação de massa exatamente por permitir acomodar os mais diversos interesses empresariais e governamentais. Apesar de reconhecer a complexidade e a interdependência da problemática ambiental, o conceito de desenvolvimento sustentável está vinculado a um dever moral, implicando em uma responsabilidade da sociedade frente ao meio ambiente.



Nos anos 80, a questão ambiental já adquiriu plena visibilidade nos meios de comunicação de massa (AGUIAR, 2005). Um exemplo: conforme sempre realiza no seu último número anual, a revista *Time* elegeu – como “personalidade do ano” de 1988 – um “novo sujeito histórico” que vinha se destacando enquanto inusitado protagonista do noticiário jornalístico – o planeta Terra. Para determinados pesquisadores (VIOLA e LEIS, 1991) da temática ambiental, este fato jornalístico pode ser entendido como uma ruptura nas ordens discursivas sobre os desequilíbrios ecológicos globais que ameaçam a biosfera.

Entretanto, preferimos abordar esse caso paradigmático por outra perspectiva. Para nós, o que está em questão é saber para que um meio de comunicação de massa – nesse caso, uma revista informativa pertencente a uma mega-empresa norte-americana, que funciona como “agenciamento coletivo de enunciação” (GUATTARI, 1990, p. 46) voltado para a produção de subjetividades adequadas à atual etapa do imperativo consumista do capitalismo – propõe uma mudança urgente no modelo de desenvolvimento e nos atuais modos de vida para solucionar a crise ambiental. Morin e Kern (1995) apontam que foi exatamente o consumismo, enquanto ideologia resultante do pensamento materialista moderno, que se transformou na forma hegemônica de realização do capitalismo a partir da segunda metade do século XX e acarretou a crise do meio ambiente em níveis globais, ultrapassando os até então níveis locais dos desequilíbrios ambientais.

A partir desse exemplo, outras questões instigantes podem ser discutidas nesta relação entre os meios de comunicação de massa, as formações discursivas sobre a crise ambiental e o movimento ecológico. Eis algumas interrogações. Quais são as condições de possibilidade para que um meio de comunicação de massa, que funciona como um dispositivo atrelado à ideologia do consumismo, entenda o planeta Terra como “pátria da humanidade” – conforme Morin e Kern (1995) – e uma “pessoa” – de acordo com Roszak (1981) – portadora de direitos? A invenção desse novo sujeito da História – o planeta Terra – significa que está em curso a desintegração de um modelo de sociedade – a sociedade moderna – que só considera o homem como o único sujeito de direito?

Crise ambiental global

Na década de 90, a formação discursiva sobre a crise ambiental emerge como um risco planetário, vinculando-se ao processo de globalização do capitalismo, ao seu modelo de sociedade e a uma produção de subjetividade centrada na ideologia do



individualismo e no racionalismo técnico-científico. Ou seja, a crise ecológica do meio ambiente não é mais enunciada como o resultado de uma explosão demográfica ou de uma depleção dos recursos naturais, mas é engendrada pelo discurso de uma crise global de civilização, isto é, de um modelo de sociedade que se tornou globalizado. A crise ambiental é global porque abrange toda a humanidade e seu lugar de habitação, a biosfera. Essa ordem discursiva, que se consolida ao longo da década de 90, aponta que a problemática desencadeada pela crise global da biosfera ultrapassa as abordagens teóricas que entendem o movimento ecológico enquanto expressão dos novos movimentos sociais, campo político contemporâneo de formulação de uma crítica ao sistema capitalista e de uma ética com valores contrapostos aos da ordem social moderna, inclusive aquela orientação valorativa dos movimentos sociais tipicamente modernos, como o sindicalismo.

Esse enunciado também assinala que há um afastamento do movimento ecológico em relação aos novos movimentos sociais: os movimentos de promoção e garantia dos direitos das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos jovens, dos loucos possuem como referência um sujeito histórico preciso, que se expressa na imanência do corpo – demandando, portanto, ações políticas específicas para questões singulares. Já o movimento ecológico aposta que não se chegou ao “fim da História” – para Fukuyama (1992), o surgimento das lutas que reivindicam direitos particulares em contraposição aos direitos universalizáveis da Modernidade é entendido como o fim da História, que tem como centro a luta de classes e a polarização capitalismo ou socialismo – e almeja a transformação ampla e radical da sociedade capitalista em sua totalidade. No movimento ecológico, a falta de definição precisa de um sujeito histórico é entendida como a expressão “de sua posição privilegiada de novo patamar, a partir do qual pode-se repensar a trajetória da civilização” (SADER, 1992, p. 139). Na associação da crise ambiental como uma crise de civilização em nível planetário, englobando toda a humanidade, em suas diversas formas de sociedades, o ecologismo aponta para um projeto totalizante que se afasta das propostas singularizantes dos novos movimentos sociais, afirmadoras da primazia do particular sobre o geral. Isto é: se a proposta política típica da Modernidade era universalizante e geral, a perspectiva contemporânea dos novos movimentos sociais não pretende realizar nenhum projeto de síntese totalizante e, sim, afirmar a possibilidade de uma consciência fragmentada. O movimento ecológico, entretanto, “ao acreditar que tudo se liga a tudo e ao proclamar a totalidade como a medida do homem” (CRESPO, 1997, p. 210), marca sua diferença em relação aos

movimentos sociais que enfatizam a fragmentação da consciência política e o reconhecimento da impossibilidade de projetos totalizantes como uma das principais características do campo político contemporâneo.

Ter, portanto, como premissa o entendimento de que a sociedade moderna em sua atual etapa de integração mundial é insustentável, segundo parâmetros sócio-ambientais formulados pelo movimento ecológico, significa enunciar a crise ambiental como a mais vigorosa expressão da crise da Modernidade, colocando em questão os atuais padrões civilizacionais. Na Atualidade, quando os problemas produzidos pela devastação dos ecossistemas se tornam globais, a crise ambiental dissolve as fronteiras rígidas da Modernidade e a natureza invade a linha moderna demarcatória da separação com o campo da cultura.

Considerações finais

As formações discursivas sobre a desordem ecológica da biosfera veiculadas na mídia também podem ser interpretadas como uma produção de sentido que expressa não só o problema da destruição da natureza e a degradação dos estilos de vida urbanos e rurais, mas, principalmente, os riscos de uma catástrofe ecológica global que ameaça a sobrevivência da humanidade e do planeta. Por um lado, a questão ecológica ganha visibilidade midiática a partir de duas ordens do discurso que se tornaram hegemônicas no campo jornalístico: vinculada ao passado, uma visão de preservação da natureza por ser um espaço do sagrado e de conservação da tradição; na perspectiva do futuro, uma visão de gerenciamento eficaz dos ecossistemas pela eficácia da ciência e eficiência da tecnologia.

Por outro, os riscos globais que inauguram a era das *três ecologias* são também demarcações distintivas dos discursos jornalísticos presentes na mídia, inflados por um dever moral centrado no medo em relação às catástrofes globais e aos desequilíbrios planetários (AGUIAR, 2003a).

Resta ainda uma questão teórica: afinal, o princípio de responsabilidade (JONAS, 1992) é um dever moral ou uma opção ética? Os riscos globais que inauguram a era das “três ecologias” (GUATTARI, 1990) são também demarcações distintivas dos discursos jornalísticos presentes na mídia, inflados por um dever moral centrado no medo em relação às catástrofes globais e aos desequilíbrios planetários. As mensagens jornalísticas, entretanto, constroem uma ordem discursiva sobre os problemas ambientais vinculando essa temática ao princípio da responsabilidade, no qual a ação da



sociedade acaba sendo impulsionada por uma pedagogia política centrada no sentimento do medo coletivo.

Nessa perspectiva, a crise ambiental recoloca, na cena teórica, a natureza enquanto uma questão para o pensamento: a ecologia emerge como um campo de saber e um problema ético-político, tornando-se, ao mesmo tempo, um ramo especializado da ciência e uma das vertentes do movimento social contemporâneo de maior visibilidade na mídia. O movimento ecológico pode ser situado enquanto um movimento social típico da cultura de massa, pois as inúmeras denúncias de desastres ecológicos e manifestações em defesa do meio ambiente veiculadas incessantemente pelos meios de comunicação de massa acabaram por produzir uma *sensibilidade ecológica* e uma *consciência ecológica* que ultrapassaram as fronteiras do próprio movimento.

A dupla perspectiva da ecologia – um saber científico e uma das vertentes constituintes dos novos movimentos sociais – aponta que estão em jogo valores contraditórios e a crise ambiental torna-se, na avaliação dos ecologistas, oportunidade para a construção de uma proposta ética que possibilite a transformação histórica. Esta ética, todavia, não pode ser construída a partir do medo da catástrofe ecológica global – conforme fazem os discursos jornalísticos veiculados nos meios de comunicação de massa –, já que tais formações discursivas têm, como imperativo moral, a problemática *vida ou morte* da humanidade.

Especificamente em relação a produção do discurso jornalístico sobre a crise ambiental, devemos retomar a afirmação de Bourdieu: os jornalistas possuem “óculos especiais” através dos quais vêem certos acontecimentos e não outros – “e vêem de uma certa maneira as coisas que vêem” (BOURDIEU, 1997, p. 25). Esses “óculos” são os valores-notícia através dos quais os jornalistas operam uma seleção e uma produção discursiva daquilo que é selecionado. Ou seja, são as condições de possibilidades de ver e dizer sobre a realidade social que estão estratificadas na comunidade interpretativa dos jornalistas (TRAQUINA, 2005). Entretanto, como sabemos, a noticiabilidade de um acontecimento sempre depende dos jogos de poder-saber estabelecidos entre as empresas jornalísticas e a comunidade interpretativa dos jornalistas: se, por um lado, os critérios de relevância são flexíveis e variáveis quanto à mudança de certos parâmetros, por outro, são sempre considerados em relação à forma de operar – as rotinas produtivas – do meio de comunicação que produz a informação.

Em suma: esses modos do visível e do dizível sobre o real implicam, para essa comunidade interpretativa, relações de poder-saber e produções discursivas atravessadas



por efeitos de poder. Analisar, nessa perspectiva, os dispositivos do poder a partir de uma estratégia imanente às correlações de força é apontar para os investimentos na ordem do discurso. Esse foi o percurso teórico que empreendemos ao longo desse trabalho.

Referências bibliográficas

AGUIAR, L. A. de. Meio ambiente: discursos jornalísticos e representações da desordem global. **Revista PJ:BR - Jornalismo Brasileiro**. São Paulo: ECA/USP, v. 5, n. 8, jul. 2007. Disponível em <http://www.eca.usp.br/pjbr>

_____. Representações da crise do meio ambiente no jornalismo científico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, set. 2005, Rio de Janeiro. **Anais...**

_____. A cultura de massa e a crise ecológica global na mídia: uma crítica ao princípio de responsabilidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27, set. 2004, Porto Alegre. **Anais...**

_____. O discurso ecológico no contexto das ameaças artificiais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26, set. 2003a, Belo Horizonte. **Anais...**

_____. Imaginário e natureza: discurso biocêntrico, uma ética de retorno ao sagrado? **Semiosfera – Revista de Comunicação e Cultura**. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, v. 3, n. 4-5, jul-set 2003b. Disponível em <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera>

BECK, U. **Risk society: towards a new modernity**. Londres: Sage, 1992.

_____. **Ecological politics in an age of risk**. Cambridge: Polity, 1994.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BULL, D.; HATHAWAY, D. **Pragas e venenos: agrotóxicos no Brasil e no Terceiro Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CRESPO, S. O ecologismo e a desencarnação do mal na sociedade contemporânea. In: BIRMAN, P.; NOVAES, R. (orgs.). **O mal à brasileira**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 1997. p. 196-213.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.



- GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.
- JONAS, H. **Le principe responsabilité**: une éthique pour la civilisation technologique. Paris: Cerf, 1992.
- MEADOWS, D.H. et al. **Limites do crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- MILBRATH, L. **Environmentalists**: vanguard for a new society. Albany: State University of New York Press, 1984.
- MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- PRIGOGINE, I. **O fim das certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.
- ROSZAK, T. **Person-planet**. The creative disintegration of industrial society. Londres: Granada Publishing, 1981.
- SADER, E. A ecologia será política ou não será. In: GOLDENBERG, M. (org.). **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 135-142.
- SERRES, M. **O contrato natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo II**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.
- VARELA, Francisco. **Autonomie et connaissance**: essai sur le vivant. Paris: Seuil, 1989.
- VIOLA, E. e LEIS, H. Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: LEIS, H. (org.). **Ecologia e política mundial**. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 23-50.